

# A EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO MULTIDISCIPLINAR NO FOMENTO À GERAÇÃO DE RENDA COOPERATIVA E SOLIDÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL

THE EXPERIENCE OF A MULTIDISCIPLINARY EXTENSION PROJECT IN PROMOTING COOPERATIVE AND SOLIDARITY INCOME GENERATION: THE CONTRIBUTION OF OCCUPATIONAL THERAPY

*\*Regina Yoneko Dakuzaku Carretta, \*\*Beatriz Cardoso Lobato*

## RESUMO

O presente relato tem por objetivo apresentar e analisar a proposta e as ações de um projeto de extensão no fomento a ações de geração de renda solidária e cooperativa. Este projeto de extensão foi desenvolvido junto a 35 artesãs do município de Ribeirão Preto e envolveu graduandos dos cursos de Terapia Ocupacional, Administração e Economia. As ações foram desenvolvidas em um período de nove meses, de fevereiro a novembro de 2008, nos quais foi possível apresentar e vivenciar os princípios da Economia Solidária (participação, igualdade, democracia). Para as artesãs o projeto resultou no conhecimento de novas formas de se organizar para gerar renda, valorizando seu produto e as relações sociais. Para os graduandos, a experiência do trabalho multidisciplinar, com base nos princípios solidários e no estabelecimento de uma relação dialógica com a comunidade, possibilitou a revisão das relações estabelecidas com esta comunidade e com o conhecimento que esta possui, permitindo a construção coletiva, entre universidade e comunidade, de um conhecimento e experiência a respeito do trabalho cooperativo e solidário.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Trabalho multidisciplinar. Extensão Universitária.

## ABSTRACT

This report aims to present and review the proposal and the actions of an extension project on the promotion of income generation activities and cooperative partnership. This extension project was developed with 35 artisans in Ribeirão Preto and involved undergraduate courses in occupational therapy, administration and economy. The actions were developed over a period of nine months, from February to November 2008, where it was possible to present the principles and experience of the Solidarity Economy (participation, equality, democracy). For the artisans the project resulted in knowledge of new ways to organize themselves to generate income, promoting their product and social relations. For the undergraduates, the experience of multidisciplinary work, based on principles of solidarity and in establishing a satisfactory relationship with the community enabled the review of the relationship established with this community and with the knowledge that it has, allowing the collective construction between university and community, knowledge and experience about the cooperative and solidarity work.

**Key words:** Solidarity economy. Multidisciplinary work. University extension.

---

\* Professora Doutora do Curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP – e-mail: reginadc@fmrp.usp.br. \*\* Terapeuta Ocupacional, Especialista em Laboratório do Curso de Terapia Ocupacional (FMRP) da USP – e-mail: beatriz@fmrp.usp.br.

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA

As cooperativas ou, como foram denominadas a partir da década de 1980, os empreendimentos autogestionários, constituem-se em organizações coletivas de trabalhadores que visam a geração de trabalho e renda, norteados pelos princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. O conjunto dessas experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas pelos princípios solidários é denominado Economia Solidária. Tais experiências encontram-se espalhadas por diversas regiões do país sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, “clubes de trocas”, “bancos do povo” e diversas organizações populares urbanas e rurais [5].

O cooperativismo operário (surgido da luta de resistência contra a Revolução Industrial, que introduziu, ao longo do século XIX e XX, as máquinas fabris e o avanço da tecnologia) constitui-se no principal antecedente do cooperativismo e da Economia Solidária, sendo que a cooperativa de consumo, fundada por operários do setor têxtil em 1844 na cidade de Rochdale, Inglaterra, representa o marco histórico desse movimento [13].

Os pioneiros de Rochdale, como são denominados, precursores do cooperativismo, definiram um conjunto de princípios que são também compartilhados pela Economia Solidária e ainda hoje norteiam o funcionamento das cooperativas. Os princípios constituem-se em diretrizes para que os valores de ajuda mútua, responsabilidade, igualdade, equidade e solidariedade que regem a cooperativa, sejam colocados em prática [5].

Os sete princípios constituem-se na: 1) adesão livre e voluntária; 2) controle democrático pelos sócios; 3) participação econômica do sócio; 4) autonomia e independência; 5) educação, treinamento e informação; 6) cooperação entre cooperativas; 7) preocupação com a comunidade.

As cooperativas cresceram, no decorrer da história, como uma resposta ao desemprego e a exclusão social decorrentes da crise do sistema capitalista, fornecendo fundamentos éticos de organização e uma tradição histórica para a Economia Solidária. A Economia Solidária constitui-se em um importante mo-

vimento social criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho convencional. Seus princípios constituem-se no desenvolvimento sustentável e na participação democrática, visando à inclusão social, econômica e ao exercício da cidadania pelo trabalhador, por meio de seu próprio trabalho [10].

A Economia Solidária visa à transformação das relações de produção que imprime suas regras e funcionamento em todas as esferas da vida social e política por meio da posse coletiva dos meios de produção e de processos coletivos de tomada de decisão o pleno domínio do processo de produção e das condições de trabalho, abolindo a divisão social do trabalho.

Para compreender a lógica da Economia Solidária é fundamental compreender a crítica realizada pelos trabalhadores e pelos socialistas ao capitalismo, que condenam o poder ilimitado que o direito de propriedade confere aos donos dos meios de produção sobre os trabalhadores, o que acarreta consequências extraempresariais, como a exclusão e a crescente desigualdade social e econômica entre a classe capitalista e a classe trabalhadora [15].

O Brasil tem enfrentado crise, desemprego e intensa exclusão social, que decorrem da combinação de um rápido crescimento econômico nas décadas de 1950 a 1970 com bases em um padrão excludente e concentrador, seguido por duas décadas (de 1980 a 1990) de estagnação econômica. Como consequência desta conjuntura, gerou-se um *deficit* de empregos novos, um contingente de mão-de-obra não absorvido pelo mercado de trabalho e um significativo número de ocupações, que são desempenhadas por trabalhadores informais, em condições precárias, como uma estratégia de sobrevivência.

É neste cenário, consolidado entre as décadas de 1980 a 1990 que se fortalece o movimento da Economia Solidária, sendo um dos meios a retomada, pelos trabalhadores, de fábricas falidas como, por exemplo, a Wallig no Rio Grande do Sul [8].

De acordo com o *Atlas da Economia Solidária no Brasil* [1] observa-se um importante crescimento dos empreendimentos econômicos solidários, no ano de 2005, o Atlas registrou a existência de 14.954 empreendimentos, sendo que no ano de 2007 este número aumentou para 21.859 empreendimentos. Em relação ao número de participantes, também foi possível observar um expressivo aumento, registrando 1.687.496

peças participando de empreendimentos solidários no ano de 2007, ou seja, 437.496 pessoas a mais do que o registrado em 2005 (1 milhão e 250 mil trabalhadores diretos). Dentre homens e mulheres, há um predomínio de homens correspondendo a 62%.

## **A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA SOLIDÁRIA: VIABILIZANDO A CIDADANIA**

Os empreendimentos solidários estão pautados na ética solidária e nos modos coletivos de trabalhar e gerar renda, reconfigurando modos de trabalhar e mostrando a potência inventiva dos trabalhadores nas suas formas cotidianas de viver e de produzir a vida [17].

Esses empreendimentos buscam orientar suas ações valorizando em seu contexto de trabalho a ajuda mútua, a igualdade entre trabalhadores, o respeito aos conhecimentos e potencialidades individuais e a preocupação com os integrantes. Há também, além disso, uma preocupação com a atividade social e cultural dos trabalhadores, o que resulta na criação de um espaço de acolhimento e de vivências que têm por objetivo melhorar a qualidade de vida e participação dos trabalhadores no âmbito econômico, social e cultural.

Os trabalhadores nos empreendimentos solidários precisam assumir um papel de sociotrabalhadore, denominação que se afirma como condição social na qual todos os trabalhadores são sócios em um empreendimento no qual todos os sócios são trabalhadores, caracterizando uma situação de cidadania no trabalho, em que todo dono é trabalhador e todo trabalhador é dono [14]. Para Gadotti (1997), autogestão significa romper com esquemas centralizadores e dar espaço para que a coletividade se administre e para que cada trabalhador exerça seu poder nesta coletividade [7].

Para que o processo autogestionário se concretize e se fortaleça, os sociotrabalhadore precisam construir um novo cotidiano de trabalho pautado no estabelecimento de direitos e deveres e em um novo padrão de relações. Segundo Holzmann (2001) [8] esses trabalhadores precisam negar a condição de empregado e o significado da subordinação aprendido na vivência de trabalho convencional, rompendo com a cultura e com a experiência de trabalho e vida advinda do mundo capitalista, no qual predomina a individualidade e a competitividade, para afirmar uma situação de igualdade e solidariedade entre os sócios.

A construção de uma nova cultura e cotidiano de trabalho apresenta-se como fundamental para o desenvolvimento de empreendimentos solidários e configura-se como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, que precisam aprender a se relacionar de forma democrática, estabelecendo relações de igualdade que permitam o compartilhar de conhecimento; a exposição e a discussão de opiniões às vezes divergentes; a construção de soluções que representem um consenso entre as diferentes posições dos sociotrabalhadore; a participação democrática nos processos de gestão e desenvolvimento do empreendimento, entre outras ações que divergem, e solicitam conhecimentos, valores e cultura diferentes daqueles predominantes na sociedade capitalista.

A efetivação e desenvolvimento de empreendimentos solidários envolvem um processo de capacitação dos trabalhadores para a construção de uma nova cultura e cotidiano de trabalho, no qual se torna necessário abordar tanto os aspectos relacionados a organização e gestão do empreendimento, quanto os relacionados ao estabelecimento de novas formas de relacionamento entre os trabalhadores.

Nesse processo de fomento e fortalecimento das iniciativas solidárias destacam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que surgiram na década de 1990 como uma contribuição das universidades ao fortalecimento do cooperativismo no Brasil. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, foi a pioneira nesta iniciativa, criando a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Inspiradas na COPPE/UFRJ, outras experiências foram desenvolvidas vinculadas às universidades brasileiras, constituindo atualmente a rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares [14].

Nas Incubadoras, o caráter multidisciplinar das equipes que as compõem favorece que os conhecimentos de diversas áreas possam ser disponibilizados aos grupos incubados, visto que a organização cooperativa envolve questões de educação/formação, legalização, tributação, contabilidade, gestão e planejamento e habilidades profissionais específicas [4].

As equipes podem ser compostas por docentes e alunos de graduação e pós-graduação de diversas áreas de conhecimento como, por exemplo, Engenharia de

Produção, Ciências Sociais, Enfermagem, Psicologia, Pedagogia, Letras e a Terapia Ocupacional.

## **A TERAPIA OCUPACIONAL NO CAMPO SOCIAL: UM OLHAR PARA A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL A PARTIR DA COMUNIDADE**

O terapeuta ocupacional a partir da década de 1980 vem construindo sua atuação para além dos muros das instituições, direcionando sua atuação para populações anteriormente não atendidas pela terapia ocupacional, como moradores de rua, pessoas em presídios, crianças em abrigos, tendo por objetivo a construção de novas possibilidades de existência que busque a efetivação e garantia de direitos a bens e serviços disponíveis na sociedade.

Tal ampliação do público-alvo e dos espaços de atuação do terapeuta ocupacional colocou a este profissional o enfrentamento de novas questões, realidades, até então pouco vivenciadas no interior das instituições onde predominantemente ocorriam as intervenções. Assim, juntamente com essa clientela, o profissional começa a se deparar com condições precárias de sobrevivência, com situações de trabalho insalubres, ou ainda com a falta de trabalho, com a desestrutura familiar, caracterizando situações de vulnerabilidade social ou ainda de desfiliação vivenciada por esta população.

De acordo com Castel (1994) os processos de marginalização e exclusão social desenvolvem-se a partir de um duplo processo de rupturas que se relaciona ao trabalho e em relação à sociabilidade [3]. Esse processo de rupturas apresenta-se em graus variáveis, definido em quatro zonas: zona de integração (pessoa apresenta segurança no trabalho e integra redes fortes de dependência); zona de assistência (pessoa apresenta-se inapta ao trabalho, pertencendo a uma rede de dependência, ou é assegurado de alguma forma pelo Estado); zona de vulnerabilidade (há uma relativa inserção no trabalho, mas uma precária inserção social) e a zona de desfiliação (pessoa, apesar de apta para o trabalho, encontra-se excluída do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que não dispõe de nenhum tipo de apoio sociorrelacional). As zonas não são estáticas, os limites entre elas é bastante poroso, permitindo o trânsito entre as diferentes condições.

A fragilidade das relações sociais e de trabalho

acarreta um enfraquecimento das redes sociais e comprometem o sentimento de pertencimento do sujeito em relação aos seus diferentes contextos de participação. Essa dissolução dos vínculos pode comprometer a capacidade dos grupos de se organizarem para reivindicarem seus direitos, ou ainda, para buscarem coletivamente alternativas para enfrentarem as situações de desemprego, pobreza, falta de recursos sociais disponíveis, dentre outras questões.

Para o terapeuta ocupacional o trabalho é compreendido como socialmente construído, como elemento central na vida de uma pessoa, pois lhe permite ampliar suas relações pessoais e sociais, inserir-se nas relações de produção e consumo, demonstrar sua independência e autonomia em relação aos familiares e à sociedade e exercer sua cidadania.

Diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho em decorrência da redução de oportunidades de trabalho, da alta competitividade, da falta de qualificação profissional, da falta de habilidades em decorrência da reduzida oportunidade e vivências profissionais, a Economia Solidária tem surgido como estratégia de organização e enfrentamento destas questões.

Nesse processo de organização e enfrentamento das dificuldades econômicas e sociais, o terapeuta ocupacional pode realizar importantes contribuições no que se refere ao fomento e constituição dos grupos de geração de renda, colaborando para o desenvolvimento de uma postura mais ativa e participativa de seus integrantes frente aos processos de decisão e realização de ações, para uma maior apropriação do empreendimento pelos cooperados e para uma maior autonomia destes tanto na cooperativa, quanto na (re) construção de suas vidas.

## **A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO: APRESENTANDO AS BASES QUE NORTEARAM A ELABORAÇÃO DO PROJETO**

A experiência de intervenção da Terapia Ocupacional no Campo Social e Saúde do Trabalhador, desenvolvida pelo curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP), em diferentes comunidades do município de Ribeirão Preto, possibilitou a observação das condições de vida e de trabalho vivenciadas pela população, que se

caracterizavam pelo não trabalho, predomínio de ocupações informais e por situações precárias de trabalho. Tais observações despertaram o interesse de abordar a geração de renda com base nos princípios da Economia Solidária junto a esta população, trazendo o desafio de como construir com ela o conhecimento a respeito da geração de renda de forma solidária e cooperativa, que possibilitasse maior envolvimento da população frente aos processos de transformação social.

Para o desenvolvimento dessas ações, elaborou-se um Projeto de Extensão que contou com o apoio do Fundo de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (FCEX) no campus de Ribeirão Preto.

A elaboração do projeto foi norteada pelas ideias de Paulo Freire que compreende que os processos interativos precisam basear-se numa relação de diálogo entre seres humanos e destes com o mundo. Esse diálogo possui um caráter problematizador crítico em torno das situações ou conteúdos reais, concretos, existenciais e implica necessariamente em um “retorno crítico à ação” transformadora [6].

De acordo com Paulo Freire, para fazer extensão é necessário compreender o outro como sujeito histórico, cultural, respeitando seus valores e cultura. A partir destes princípios são estabelecidas relações horizontais de conhecimento e respeito à cultura do local onde se desenvolve e assume um compromisso com as mudanças: “a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos.” [6]. Nesta relação, todos os participantes são atuantes e essa participação desenvolve-se a partir de um aprender-fazendo para todas as pessoas envolvidas, como pode ser observada na compreensão de extensão do Plano Nacional de Extensão Universitária:

Esse tipo de extensão – que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) - já apontava para uma concepção de universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica [2].

A extensão vem passando por transformações,

superando a concepção de transmissão vertical do conhecimento pautada em um conhecimento pouco transformador da realidade, uma vez que planeja e desenvolve suas ações desconhecendo a cultura e o saber popular, negando o homem como transformador do mundo e até mesmo ignorando-o como detentor e capaz de construir conhecimento. Atualmente observam-se transformações na compreensão de extensão e do papel acadêmico, social e articulador da Universidade expressos no Plano Nacional de Extensão Universitária, “que compreende a extensão a serviço de um processo transformador emancipatório e democrático; e ainda, de uma extensão desenvolvida no diálogo e no respeito à cultura local” [12].

A extensão Universitária envolve um processo de aprender fazendo entre aqueles sujeitos que estão na universidade e aqueles que estão na comunidade, que se envolvem em um processo de compartilhar conhecimentos, expectativas e dúvidas na construção coletiva de enfrentamentos frente às questões e processos, também definidos coletivamente, como objeto de uma ação transformadora.

Com base nesses pressupostos, elaborou-se um projeto de extensão que tinha por objetivos difundir e fomentar a proposta de geração de renda de forma cooperativa e solidária em comunidades e grupos interessados na geração de renda, além de promover discussões e reflexões a respeito desta forma de geração de renda junto aos graduandos da universidade, conduzindo-os para compartilhar e construir esse conhecimento com a comunidade. Para o desenvolvimento das ações do projeto, com o apoio do FCEX, estabeleceu-se um período de nove meses (com início em fevereiro de 2008 e término em novembro de 2008) tendo como público-alvo artesãs de Ribeirão Preto. Para a realização das ações foi prevista a participação de graduandos de Terapia Ocupacional, porém, com o início das ações do projeto, houve a inserção de graduandos das áreas de Administração e Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), por meio do Programa Integrado de Capacitação Empreendedora (PICE).

O PICE é coordenado e desenvolvido por graduandos da FEA-USP e tem por objetivo fomentar o espírito empreendedor nas comunidades de baixa renda, capacitando-os na busca de soluções relacionados à geração de renda. A parceria foi importante para o desenvolvimento do projeto, pois permitiu

uma ampliação de sua abordagem junto aos participantes do projeto. Inicialmente, as ações baseavam-se na difusão dos princípios solidários, na organização do trabalho cooperado e na abordagem das relações interpessoais visando à construção de uma cultura solidária. Com a inserção do PICE, foi possível abordar outros elementos importantes para o funcionamento de um empreendimento solidário como o cálculo do preço, a apresentação do produto, a importância da propaganda, dentre outros aspectos.

## O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PROJETO

As ações do projeto foram realizadas em três bairros distintos do município de Ribeirão Preto, num período de nove meses, envolvendo três grupos compostos por artesãs, que frequentavam cursos de artesanatos oferecidos por organizações não governamentais (ONGs) e instituições governamentais.

O projeto contou com uma média de 35 participantes, com predomínio de mulheres, com idades que variavam entre 20 e 50 anos e que desenvolviam atividades variadas como tricô, crochê, diversos tipos de bordados, costura, artesanato em madeira, sabonete, velas, entre outros.

Cada grupo realizava reuniões semanais, com duração de 1 hora e meia em cada encontro, coordenados pelos graduandos da USP de Ribeirão Preto, sendo nove da Terapia Ocupacional (quatro bolsistas do projeto e cinco estagiários), e seis da Economia e um da Administração. O desenvolvimento das ações contou com a parceria do PICE-FEA e com a coordenação de uma docente e uma terapeuta ocupacional do curso de Terapia Ocupacional (FMRP-USP).

Para o início das atividades, entrou-se em contato com alguns locais que desenvolviam cursos de artesanato, apresentando a proposta do projeto aos coordenadores e aos frequentadores. O projeto reuniu pessoas com interesses distintos (Economia Solidária, cooperativismo, necessidade de gerar renda) motivadas pela descoberta de novas possibilidades de vida e trabalho. A participação nas reuniões era voluntária e iniciou-se com um levantamento de expectativas, necessidades e experiências dos participantes, que foram reunidos nos seguintes temas de interesse:

- 1) Economia Solidária e cooperativismo;
- 2) relações interpessoais: a importância da comunicação e do respeito às ideias e individualidade;
- 3) prática de trabalho e relações solidárias: refletindo sobre divisão de trabalho; divisão de responsabilidades; comunicação, tomada de decisões no coletivo;
- 4) atividade econômica: a definição do(s) produto(s), a viabilidade econômica, o cálculo do preço e a propaganda.
- 5) autonomia e cidadania: (re)desenhando caminhos.

As intervenções nos grupos de geração de renda foram pautadas nos princípios de Paulo Freire e na metodologia da pesquisa-ação, por compreender a importância dos sujeitos como ativos nas ações e processos de construção coletiva de conhecimento. Isso ocorreu por meio do estabelecimento de uma relação horizontal entre os graduandos e mulheres participantes do grupo, estimulando a participação, a socialização dos conhecimentos entre os envolvidos no projeto e a construção de uma cultura solidária e cooperativa.

Cada um dos três grupos contou com a participação de pelo menos um graduando da Terapia Ocupacional e um do PICE-FEA, acompanhados da coordenadora do projeto ou terapeuta ocupacional. A parceria permitiu que os graduandos conhecessem os diferentes campos de conhecimento e pudessem dialogar e aprender com as diferenças existentes entre eles. Essa construção foi mediada pela criação de dois espaços o “grupo de planejamento” e o “grupo de estudos”.

O “Grupo de Planejamento” formava-se no momento em que os graduandos se reuniam com as coordenadoras do projeto para discutirem e compartilharem as percepções e reflexões sobre as ações realizadas, visando o desenvolvimento de seus papéis como facilitadores neste processo de aprender-fazendo nos quais estavam envolvidos, juntamente com a comunidade. O “Grupo de estudos”, realizado em encontros semanais com duração de quatro horas, era o momento para o estudo de temas pertinentes às situações encontradas nos grupos de geração de renda e temas que poderiam contribuir com a formação dos graduandos para a atuação nesses grupos, tais como: Economia Solidária, cooperativismo, relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho, saúde e trabalho, a pesquisa-ação, legislação cooperativa, dentre outros temas. Os graduandos contaram com o apoio do recurso de ensino à distância, o “Teleduc”, como uma forma de

disponibilizar e concentrar os textos e informações relativas ao desenvolvimento das ações do projeto.

Esses espaços permitiram uma organização e sistematização do conhecimento produzido com as artesãs e entre os próprios graduandos, constituindo-se em momentos que buscavam construir uma linguagem e conhecimento próprio e relacionado ao contexto em que desenvolviam as ações. Dessa forma, a construção de conhecimento ocorreu pela intersecção dos diferentes saberes, próprios de cada campo de conhecimento e da comunidade, compondo uma ação e conhecimento que transcendia a especificidade de cada área.

A participação de diferentes campos de conhecimento no desenvolvimento das ações do projeto possibilitou a experiência de um trabalho multidisciplinar, caminhando em alguns momentos para a transdisciplinariedade, compreendida como uma forma de compreender, intervir e gerar conhecimento que supere a fragmentação deste saber em compartimentos estanques e que não se comunicam, o que dificulta a apreensão do todo e, conseqüentemente, compromete a intervenção ou produção de conhecimento por não responder a complexidade das questões analisadas. Assim, não se trata de desenvolver um esquema de integração de conhecimento sintético e harmonioso, nem de se perder competências específicas a cada campo do conhecimento. Trata-se de possibilitar troca e interação entre todos aqueles envolvidos, articulando conhecimentos e competências na construção de novos saberes, que permitam a compreensão e intervenção nas questões analisadas, considerando-se a interação e relação entre todos os elementos nela envolvidos [16].

## **AVALIANDO A TRAJETÓRIA DO PROJETO**

O projeto tinha por proposta reunir dois grupos (comunidade e universidade) para discutirem e desenvolverem ações pautadas nos princípios da Economia Solidária e cooperativismo, tendo por expectativa semear o que daria futuramente a origem a um empreendimento solidário.

O tema da Economia Solidária e de sua principal forma de organização, as cooperativas, trouxe questionamentos, tanto por parte dos graduandos quanto das mulheres. Questionavam, sobretudo, a respeito de sua viabilidade diante da forte presença capitalista que hoje rege as relações comerciais e sociais e

influenciam os valores, conceitos e pré-conceitos que cada um possui, provocando uma autoavaliação de valores, crenças e comportamentos à luz de uma nova proposta de relação social, geração de renda e desenvolvimento econômico.

Para os participantes da comunidade, a expectativa inicial em relação ao projeto, principalmente diante da falta de emprego e das dificuldades econômicas que afetam muitas famílias era a de geração de renda imediata. Alguns já haviam ouvido falar em cooperativa e até vivenciado uma experiência de trabalho nominalmente chamado de cooperado, porém não tinham boas recordações pelo fato de que os princípios do cooperativismo não terem sido praticados, ficando a mercê de uma única pessoa (“dona” da cooperativa), trazendo dificuldades na abordagem do tema. Somado a estes aspectos há o fato de não disporem de um recurso financeiro inicial para o desenvolvimento das ações e da descrença na própria capacidade de autogerirem um empreendimento.

No período de desenvolvimento do projeto, as ações realizadas promoveram junto às mulheres participantes uma maior segurança em relação a sua capacidade de geração de renda, possível por meio de uma maior organização em relação ao que elas já produziam artesanalmente – aprendendo a calcular o preço, pensar estratégias de venda e apresentação do produto, percebendo a importância também dos processos de criação de novas peças inovando em relação ao que havia disponível no mercado.

Nesse período, as mulheres foram incentivadas a participarem de feiras de artesanato e também a oferecerem seus produtos no comércio local, momentos em que se trabalhou a abordagem do cliente, a apresentação e a valorização do produto, a negociação do valor de venda, bem como a organização entre elas para expor o trabalho de forma coletiva, o que envolveu a escolha do que seria exposto para que não houvesse concorrência entre os produtos confeccionados pelas mulheres, e o revezamento entre elas para o atendimento e manutenção das barracas de exposição dos produtos na feira.

Para as integrantes dos grupos de geração de renda foi possível realizar o exercício do trabalho coletivo, da tomada de decisão conciliando interesses e ideias presentes no grupo, buscando-se uma decisão com base no consenso, o aprendizado de novas formas de relacionamento pautadas no respeito à individualidade e

potencialidades do outro, na divisão de responsabilidades e tarefas e na conscientização de que estes princípios e aprendizados podem se estender para as relações pessoais estabelecidas em outros espaços como, por exemplo, o espaço familiar, o espaço da comunidade, entre outros.

As mulheres também puderam discutir e repensar sobre a proposta do trabalho coletivo e cooperado, por meio da abordagem dos receios e preconceitos que apresentavam em relação à proposta. Embora não tenham se organizado no período do desenvolvimento do projeto para constituírem uma cooperativa, observou-se que o projeto trouxe novas possibilidades de organização do trabalho para essas mulheres, como a realização de um trabalho entre duas pessoas, ou a possibilidade de um trabalho coletivo, envolvendo um número maior de artesãs diante de uma grande encomenda. Assim, o projeto contribuiu para apresentar a proposta de uma organização mais coletiva entre as mulheres.

De acordo com Oliveira (2006) [9] a Economia Solidária apresenta um contraponto à sociedade capitalista e envolve, além da economia, a cultura e as formas de organização social. Assim, a construção de uma Economia Solidária envolve a construção de uma cultura solidária, capaz de reeducar os cooperantes, com base nos apoios e responsabilidades implicados nesta nova relação, pautada pelas metas de justiça, democracia, igualdade e autogestão. Tornar-se solidário demanda tempo, persistência e depende de uma combinação entre todas as pessoas envolvidas.

Assim, compreende-se que o projeto apresentou e impulsionou ações pautadas pelos princípios solidários, fomentando uma nova cultura que extrapola as relações de geração de renda, abarcando o estabelecimento de relações sociais mais solidárias, de respeito e incentivo ao outro. Estes aspectos permitiram que as mulheres também refletissem sobre importância para elas de terem sua própria renda, ainda que informal, e não dependessem somente da renda proveniente do marido. Para elas, o aumento das possibilidades de venda aumentou também a possibilidade de relações sociais estabelecidas, havendo maior compartilhar de informações e conhecimentos sobre as técnicas de confecção do artesanato e sobre a venda dos produtos, ou ainda sobre questões enfrentadas por elas em seu dia a dia, aumentando a possibilidade de apoio recebido.

A Economia Solidária, enquanto alternativa de produção, não responde restritamente às questões econômicas, pois possui um potencial emancipatório,

“cujas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos” [11].

Com relação aos graduandos, foi possível proporcionar a descoberta de outra forma de economia, consumo e de relações de trabalho, pautadas em princípios como o desenvolvimento sustentável, o consumo consciente e o estabelecimento de relações solidárias e horizontais, respeitando-se e (re)conhecendo a cultura e conhecimento do outro, no processo de construção de saberes e práticas coletivas.

O projeto possibilitou que esses graduandos pudessem observar como estabelecem suas relações e revê-las a partir da observação e do desenvolvimento da própria prática, transpondo este aprendizado para a sua atuação em outros espaços profissionais e para outros âmbitos de suas vidas.

A capacitação desenvolvida junto aos graduandos, concomitantemente com a atuação, possibilitou uma análise crítica da teoria aprendida com a realidade vivenciada, contribuindo com a construção de um conhecimento mais sólido e aplicado ao cotidiano das pessoas. Além disso, desencadeou um processo de autoavaliação e transformação da ação para atender a proposta do projeto e a própria demanda da comunidade no intuito de possibilitar a emancipação e autonomia dos envolvidos.

Para os participantes do projeto, de um modo geral, foi possível realizar um trabalho construído com base em relações horizontais, no qual todos participavam da construção das ações e saberes e partilharam de seus desafios e resultados, constituindo-se em uma experiência e modo de trabalho e relações que serão levados e construídos em outros espaços de atuações profissionais e de relacionamentos interpessoais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária tem possibilitado uma importante aproximação entre comunidade e universidade e uma troca e produção de novos saberes. Nesta experiência, de fomento de geração de renda cooperativa e solidária, na qual se buscava também maior autonomia e mobilização da comunidade visando seu desenvolvimento, os princípios da comunicação dialógica, de Paulo Freire, de igualdade, democracia, auto-

nomia, da Economia Solidária, possibilitaram uma revisão e reorganização das formas de apreender a realidade, tanto pelas mulheres que se envolveram com o projeto quanto para os graduandos e coordenadores do projeto.

A extensão universitária tem possibilitado experiências que avançam em relação às práticas de ensino proposta nas ações cotidianas da universidade, por possibilitar o intercâmbio de conhecimento e a construção conjunta de novos saberes, o que fomenta o desenvolvimento de pesquisas relacionadas às situações vivenciadas no interior da sociedade.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os colaboradores do projeto: ao Fundo de Cultura e Extensão, à comunidade e aos graduandos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em: 4 de jun. 2010.
- [2] BRASIL. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasil, 2000/2001. Disponível em: [http://proex.epm.br/projetossociais/renex/plano\\_nacional.htm](http://proex.epm.br/projetossociais/renex/plano_nacional.htm). Acesso em: 1º de jun. 2010.
- [3] CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: **Saúde e Loucura. Grupos e Coletivos**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- [4] DAKUZAKU, R. Y. Cidadania e Terapia Ocupacional. In: I Jornada de Terapia Ocupacional, 2000, Bauru. **Caderno de Resumos**. Bauru, Universidade do Sagrado Coração, p. 22-24.
- [5] EID, F; GALLO, A. R. Metodologia de incubação e desafios para o cooperativismo: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar. In: **Anais do IV SEMPE – Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão**. 2001, São Carlos, p. 29-31.
- [6] FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- [7] GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1997.
- [8] HOLZMANN, L. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Paulo: Edufscar, 2001.
- [9] OLIVEIRA, P. S. **Cultura Solidária em Cooperativas**. São Paulo: Edusp, 2006.
- [10] RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- [11] SANTOS, B. de S., org. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- [12] SERRANO, R. M. S. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: [www.prac.ufpb.br/.../conceitos\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/.../conceitos_de_extensao_universitaria.pdf). Acesso em: 1º de jun 2010.
- [13] SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- [14] \_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S., org. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- [15] \_\_\_\_\_.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.
- [16] SPINK, M. J. P. Saúde: um campo transdisciplinar? **Revista de Terapia Ocupacional da USP**. v. 3, p. 17-23, jan.-dez., 1992.
- [17] TITONI, J. Saúde mental, trabalho e outras reflexões sobre Economia Solidária. In: MERLL, A R. C., org. **Saúde e Trabalho no Rio Grande do Sul: Realidade, pesquisa e intervenção**. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2004.